

REFLEXIVIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BASES PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

ALBERTO LUIZ TEIXEIRA DA SILVA*

Este *paper* trata sobre a expansão da capacidade cognoscitiva para além das temáticas tradicionais, incorporando a noção de *reflexividade* à análise dos processos socioambientais, diante do movimento histórico de construção de uma sociedade mais saudável e sustentável. A relação entre a problemática ambiental e ecológica e a consciência crescente dos efeitos produzidos pela ação humana nos padrões de sociabilidade contemporânea, tem sido objeto das ciências sociais e da pedagogia política, moldada na reflexão do papel da educação ambiental, como ferramenta teórico-metodológica de uma nova racionalidade, centrada numa perspectiva sustentabilista¹.

Este *paper* se apresenta constituído de 3 partes. Na primeira parte se discute a questão da *reflexividade* a partir do conceito de *Modernidade Reflexiva*, desenvolvido por Beck e Giddens. A segunda parte é uma tentativa de ligar a problemática da *reflexividade* – que se aprofunda dramaticamente com a globalização, com a emergência da sociedade de risco, e por conseguinte, com disseminação de riscos sócio-ambientais, desde aqueles de nível local até os chamados *global commons* – mudanças climáticas, depleção da camada de ozônio, perda de biodiversidade, desertificação, escassez de recursos hídricos, etc. Na parte final, busca-se mostrar que este processo, em nosso entendimento, deslocando-se para uma expansão da reflexividade sócioambiental, pode contribuir significativamente para o estabelecimento de pilares de uma sociedade

* Alberto Luiz Teixeira da Silva é professor assistente do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal do Pará – UFPA, e doutorando em Ciências Sociais, Área Ambiente, Tecnologia e Sociedade, do Instituto de filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail albteixeira@ig.com.br

¹ Enrique Leff tem sido um dos grandes críticos da racionalidade econômica que fundamenta o capitalismo, mostrando como contraponto, a necessidade de se construir uma racionalidade ambiental, que garanta a integridade dos ecossistemas e promova uma distribuição equitativa da riqueza.

efetivamente sustentável, a partir de uma ação política vigorosa, baseada na educação ambiental, conectando e articulando as realidades locais e globais.

Com efeito, a politização do debate que envolve a interação do homem com a natureza, ou mais precisamente, a transformação da natureza pela ação humana, e a consequente transformação das relações estabelecidas dos homens entre si; constitui um dos pilares para a formação e consolidação de espaços democráticos, de ampliação da cidadania, e por extensão, da construção de alicerces rumo a uma sociedade sustentável. Antecipamos já que a educação ambiental não deve ser concebida como panacéia para resolução desta problemática, constitui, sim, num valioso instrumento para a construção de uma sociedade sustentável.

A percepção e conscientização dos graves problemas que afligem hoje a humanidade, com destaque aqui para os decorrentes da ilimitada expansão das forças produtivas, que geram desequilíbrios ecossistêmicos e agridem o meio ambiente como um todo; é sem dúvida, uma questão maior a ser equacionada no debate sobre políticas públicas, notadamente o processo educacional – com suas diferentes visões e projetos de sociedade, deve permear esse debate, no sentido de aprofundar adequadamente as raízes desta problemática e apontar caminhos para a sua superação..

O advento da modernidade se constituiu numa época histórica fértil para a imaginação e reflexão no campo das ciências sociais, notadamente pelas grandes questões que suscitou, e que ainda continuam tensionando os referenciais da vida coletiva e das relações políticas, como por exemplo a emergência da sociedade global, com todas as consequências que possamos tirar dessa realidade contemporânea.

O debate tem sido intenso quando envolve a aceitação ou não da globalização, variando daqueles que a concebem como mito ou véu ideológico do projeto neoliberal, ou daqueles que refletem seu significado no âmbito das grandes transformações do mundo atual, como processo multifacetado, complexo e contraditório no curso da expansão do capitalismo. Acreditamos que trata-se de um processo real, historicamente determinado, fruto das mudanças substantivas que se desenvolvem continuamente, impulsionada pelas sucessivas revoluções tecnológicas e das comunicações.

A globalização contemporânea está intrinsecamente ligada ao advento da modernidade, ou seja, esta é inerentemente globalizante, como mostrou Giddens (1997). Conforme este autor, e dentro desta perspectiva de análise, o estágio atual de desenvolvimento das sociedades, aponta para uma radicalização da modernidade, longe ainda de uma superação desta etapa, ou seja, estamos diante de uma modernidade tensionada por seus próprios resultados, e que agora precisa se confrontar com suas realizações e seus progressos. O conceito de *Modernidade Reflexiva*, desenvolvida sob diversos ângulos por Giddens e Beck, oferece uma abordagem que

apreende a um dos focus da dinâmica explicativa das ciências sociais: a interação do homem com a natureza, ou mais precisamente a transformação da natureza pela ação humana. Mas afinal, em que consiste esta etapa da modernidade, ou seja, porque a questão da reflexividade assume uma questão absolutamente relevante para a reflexão do mundo atual.

Apesar das preocupações diferenciadas, no que tange aos aspectos sobre a qual a 'reflexividade' age com mais intensidade, o que difere a reflexão desses dois autores, pois Beck enfatiza o plano da auto-reflexividade societária e Giddens destaca a auto-reflexividade pessoal, individual, naquilo que podemos chamar "plano da vida"; na verdade, ambos estão convencidos de que vivemos um época histórica marcada pela radicalização da modernidade, onde o aspecto dominante consiste num alto grau de '*reflexividade*'. Com isto, eles querem dizer que as sociedades modernas chegaram a um ponto que são obrigadas a refletir sobre si mesmas e que, ao mesmo tempo, desenvolveram a capacidade de refletir retrospectivamente sobre si mesmas (KUMAR, 1997).

À luz desse entendimento, Giddens (1997) destaca que a intensificação da reflexividade do ponto de vista do cotidiano das pessoas, resulta das mudanças dos padrões de sociabilidade, derivada da dinâmica global, ou seja,

"a globalização não se refere apenas à criação de sistemas em ampla escala, mas à transformação de contextos da experiência social. Nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos ocorrendo do outro lado do mundo; e, inversamente, hábitos locais de estilo de vida tornam-se globalmente consequentes. Assim, minha decisão de comprar uma determinada peça de vestuário tem implicações não só para a divisão internacional do trabalho mas para os ecossistemas terrestres. A globalização deveria ser vista não simplesmente como um fenômeno "lá fora" mas como um fenômeno também "aqui dentro": ela afeta não apenas localidades mas até intimidades da existência pessoal, na medida em que age para transformar a vida cotidiana. Não se trata apenas de um só processo, mas de um mistura complexa de processos, agindo muitas vezes de maneiras contraditórias, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de extratificação. Assim, por exemplo, a emergência de nacionalismos locais e uma acentuação de identidades locais estão diretamente ligadas a influências globalizantes, às quais se opõem" (GIDDENS, 1997: 39).

Por outro lado, Beck (1997) privilegia uma reflexão centrada no eixo estrutural da sociedade moderna, pensando em novas estruturas moldadas pelo fim da primeira modernidade – a modernidade industrial; agora sob as cinzas do industrialismo surge uma sociedade de risco, marca emblemática da modernidade reflexiva. De acordo com este autor,

“A modernidade reflexiva, como uma modernização ampla, solta e modificadora da estrutura, merece mais que curiosidade filantrópica por ser uma espécie de ‘nova criatura’. Também politicamente, esta modernização da modernização é um fenômeno importante que requer a maior atenção. Em certo aspecto, implica inseguranças de toda uma sociedade, difíceis de delimitar, com lutas entre facções em todos os níveis, igualmente difíceis de delimitar. Ao mesmo tempo, a modernização reflexiva envolve apenas uma dinamização do desenvolvimento, que, em si, embora em contraposição a uma base diferente, pode ter consequências exatamente opostas. Em vários grupos culturais e continentes isso é associado ao nacionalismo, à pobreza em massa, ao fundamentalismo religioso de várias facções e credos, a crises econômicas, crises ecológicas, possivelmente guerras e revoluções, sem esquecer os estados de emergência produzidos por grandes catástrofes – ou seja, no sentido mais estrito, o dinamismo do conflito da sociedade de risco” (BECK, 1997: 14).

Com efeito, a emergência da sociedade de risco forja uma nova percepção da sociedade moderna, que praticamente se sente obrigada a refletir sua situação e seu desenvolvimento, tendo agora uma missão de formular questões do presente e do futuro, num cenário dramaticamente perturbador, pelas incertezas produzidas no curso de sua evolução. Os velhos valores e comportamentos sociais e políticos tradicionais agora sucumbem aos ventos da globalização do capitalismo, dos resultados imprevisíveis de suas contradições e promessas. A radicalidade dos problemas e desafios colocados pela modernidade contemporânea, dão mais transparência e nitidez aos mesmos que em outras épocas, aguçando os sentidos, seus riscos e sua percepção de modo mais abrangente.

Neste sentido, a intensificação da modernidade globalizante, permite diretamente que aflorem questões de forma mais intensificada, resultante da dinâmica do desenvolvimento capitalista, através da compressão tempo-espço, o que torna nosso tempo moldado pela reflexividade. Neste sentido, a questão ambiental, ou mais precisamente a crise ecológica de escopo planetário, seus riscos e dilemas, torna-se verdadeiramente emblemática, no curso da modernidade reflexiva.

Com efeito, a sociedade de risco envolve decisivamente também os riscos provenientes da problemática ecológica, que são claramente danosos nas suas origens e consequências. Segundo Beck (1997), “Com o advento da sociedade de risco, os conflitos de distribuição em relação aos “bens” (renda, empregos, seguro social), que constituíram o conflito básico da sociedade industrial clássica e conduziram às soluções tentadas nas instituições relevantes, são encobertos pelos conflitos de distribuição dos “malefícios”. Estes podem ser decodificados como conflitos de responsabilidade distributiva. Eles irrompem sobre o modo como os riscos que acompanham a produção dos bens (megatecnologia nuclear e química, pesquisa genética, a

ameaça ao ambiente, supermilitarização e miséria crescente fora da sociedade industrial ocidental) podem ser distribuídos, evitados, controlados e legitimados” (BECK, 1997: 17).

Ao nosso ver, embora abordando de diferentes óticas – Beck e Giddens constróem em suas análises, reflexões e propõem elementos heurísticos significativos para a apreensão da crise atual, que tem a marca da desordem ecológica; apontando para um tensionamento entre o agravamento desse cenário perturbador e o desenvolvimento de uma consciência coletiva e individual, que poderá influir em novos caminhos para a sociedade.

Mas qual a consequência do reconhecimento da sociedade de risco para uma ação no plano da educação, que ao nosso ver, é essencialmente político, para a internalização da questão ambiental – no plano da estrutura social e dos indivíduos? A resposta está na própria tese da modernização reflexiva, ou seja, quanto maior modernização, maior capacidade reflexiva dos indivíduos para entenderem sua realidade e responderem de forma mais consequente. O processo educativo, torna-se então um instrumento valioso para elaboração de estratégias e iniciativas, tendo em vista uma compreensão adequada dos problemas e formas de solucioná-los.

A educação ambiental é, neste sentido, uma questão essencialmente política, ainda que idealmente devesse tratar de forma integrada as diversas áreas e esferas da práxis humana. Neste sentido, este aprendizado, que pode se tornar uma efetiva ação voltada para a transformação da realidade, absolutamente não é redutível à abordagens que privilegiam partes fragmentadas – como a biologia, aspectos geográficos, etc.. Na verdade, o desafio está na percepção de que tudo está interligado, que os possíveis recortes analíticos servem apenas para pontuar situações delimitadas, devendo esta reflexão ser conectada ao todo, no sentido de orientar uma ação política que altere o *status quo*. A idéia aqui é de uma educação voltada a gestão ambiental, cujos conceitos podem ajudar na construção de uma sólida cidadania, ancorada numa visão crítica e transformadora, “no sentido do desenvolvimento da ação coletiva necessária para o enfrentamento dos conflitos socioambientais” (LAYRARGUES, 2000: 87/88).

Numa perspectiva histórica, a questão da educação ambiental, muito tem contribuído para uma tomada de consciência, nos diversos planos das relações políticas e societárias. No contêxto internacional, e porque não dizer nos mecanismos institucionais da governança global, a Conferência de Tbilisi, realizada em 1977 na Geórgia (ex-URSS), é sem dúvida, uma marco emblemático.

Em resumo, diante dos desafios colocados pela vida contemporânea, aparecendo num plano de destaque a “crise ecológica” e seus dilemas; podemos concluir que os caminhos em direção à uma sociedade sustentável, que promova a cidadania ambiental, passa por diversos planos e dimensões da realidade. O

alargamento da subjetividade, como consequência da aceleração da globalização, ou seja, a intensificação da reflexividade na modernidade contemporânea, tem propiciado uma reflexão e expansão de uma consciência crítica sobre os problemas atuais, notadamente a questão ambiental pode estar sendo beneficiada por este processo em curso. A consciência dos riscos sócio-ambientais derivados da alta modernidade, abrem possibilidades para processos pedagógicos, baseados no entendimento de que os homens podem optar por comportamentos, atitudes e ações políticas do plano local ao global, em direção a um projeto de sociedade baseado na eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social. A sociedade do futuro sob a perspectiva da sustentabilidade, será, portando, uma sociedade cada vez mais reflexiva, mais dependente do conhecimento gerado e socializado. O investimento na educação na interface natureza/sociedade será estratégico na construção desse projeto, ou de outra forma, “a educação ambiental adquire um sentido estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável” (LEFF, 1999: 128).

Bibliografia

BECK, Ulrich (1997) A reinvenção da política: rumo a uma nova teoria da modernização reflexiva. In: Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

GIDDENS, Anthony (1997) Admirável Mundo Novo: O Novo Contexto da Política. In: MILIBAND, David (Org.) Reinventando a Esquerda. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

GIDDENS, Anthony (1991) As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

KUMAR, Krishan (1997) Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

LAYRARGUES, Philippe P. (2000) Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos F. B. (Org.) Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez.

LEFF, Enrique (1999) Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (Org.) Verde Cotidiano, o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A.